



10e11 NOVEMBRO 2025

LITERATURA E LIBERDADE: UMA PROPOSTA DE CUMPRIMENTO DE PSC PELA LEITURA LITERÁRIA

Dr. Ricardo Augusto de Lima (UEM)

Daniel Vinícius Rocha Caetano (UEM)

Íris Fernandes Alves (UEM)

Júlia de Almeida Pinheiro (UEM)

Rafaela Salgado Marin (UEM)

Clara Sanches Sebastião (UEM)

E-mail para contato: ralima@uem.br

Resumo:

O projeto de extensão Literatura e Liberdade busca articular o direito à literatura à execução de medidas alternativas em processos de socioeducação. A iniciativa propõe que pessoas em cumprimento de Prestação de Serviço à Comunidade realizem atividades de leitura e produção literária como proposta alternativa junto ao Departamento de Polícia Penal de Maringá. Vinculado ao Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias da Universidade Estadual de Maringá (UEM), o projeto, que nasceu em disciplina extensionista da grade curricular, pretende democratizar o acesso à leitura literária, ampliar o repertório cultural e simbólico, estimular a reflexão crítica e a prática criativa das pessoas participantes. A partir disso, entende-se que a experiência literária não é apenas aquisição de informação por meio da decifração de códigos, mas um acontecimento formador capaz de dar sentido à existência e humanizar, uma vez que nos permite experienciar vivências outras, experiência que. mesmo estética e psíguica, desenvolve e confirma no sujeito leitor traços humanos essenciais. Os resultados parciais apontam para maior engajamento de pessoas assistidas, formação ética e estética e integração universidade-sociedade. O projeto revela-se como prática social educativa que reafirma a literatura como direito humano e ferramenta de transformação. A metodologia apoia-se tanto em estratégias de letramento literário, valorizando tanto a fruição estética quanto a análise crítica, quanto aquelas de cunho participativo e de pesquisa-ação, por meio de momentos coletivos de leitura, discussão, interpretação e ressignificação dos textos lidos.

Palavras-chave: Literatura; Extensão universitária; Medida alternativa; Leitura; Direitos humanos.

1. Introdução













Antonio Candido (2004, p. 172) defende que a literatura nos permite compreender que "[...] aquilo que consideramos indispensável para nós é também indispensável para o próximo.". Isso que dizer que ela tem a capacidade de desenvolver "em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade e o semelhante." (Candido, 2004, p. 180). Em outros termos, nos permite experimentar diferentes modos de ser no mundo, parte, portanto, do processo de humanização, isto é, aquele que confirma em nós os "traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida [...]" (Candido, 2004, p. 180) etc.

No entanto, as desigualdades sociais no Brasil tornam o acesso ao livro restrito a determinados grupos, reforçando a exclusão cultural. Ciente dessa distância, igualmente percebida entre esses grupos e à Universidade, o projeto *Literatura e Liberdade*: uma proposta de cumprimento PSC pela leitura literária — instituído pela Portaria nº 02/2025 da Vara de Execuções Penais de Maringá e institucionalizado pelo processo nº 2122/2024 na Universidade Estadual de Maringá — busca responder ao duplo desafio: utilizar a leitura literária como alternativa ao cumprimento de PSC e aproximar as pessoas participantes de obras significativas da literatura brasileira, assim como da possibilidade de ingressar na Universidade.

A proposta parte de uma demanda concreta do DEPPEN/Maringá, que registra mais de 500 pessoas aguardando vaga para início da prestação de serviços. Vinculado ao ensino e à pesquisa da UEM, o projeto articula extensão universitária, direitos humanos e políticas públicas, oportunizando que a literatura cumpra sua função social de humanização e crítica. Para além de instrumento de escolarização, a leitura é compreendida aqui, como propõe Michèle Petit (2009), como morada simbólica e transitória com possibilidade de recompor experiências pessoais e coletivas em contextos de crise, em especial em leituras em grupo (Petit, 2009b). Dessa forma, o projeto entende a leitura literária como experiência capaz de disparar transformações subjetivas (Larrosa, 2025), uma vez que permite vínculos afetivos entre leitor e ficção, potencializando leituras e reflexões críticas e estéticas.

2. Metodologia













Os encontros são organizados quinzenalmente, no Fórum de Maringá, com dois grupos (um para Ensino Fundamental e um para Ensino Médio) contando entre 10 e 25 participantes (homens e mulheres acima de 18 anos), acompanhados por acadêmicos dos cursos de Letras, Psicologia, Direito, Pedagogia e Comunicação e Multimeios da UEM e supervisionados pelo docente coordenador e por uma pedagoga do Complexo Social do DEPPEN. A metodologia apoia-se em estratégias de letramento literário baseadas nos momentos pré, durante e pós-leitura (Solé, 2014), valorizando tanto a fruição estética quanto a análise crítica, abordando textos de diferentes gêneros em diálogo com a realidade das pessoas participantes (contos, crônicas, poemas e romances breves). A pesquisa-ação (Thiollent, 2011) orienta a prática, integrando investigação, mediação literária e transformação social. Essa mediação aproxima-se da visão de Petit (2009) sobre a importância da mediação literária: ao estabelecer vínculos afetivos com a leitura, ela permite que a literatura seja espaço de elaboração simbólica e reparadora, permitindo a experiência estética das situações ficcionais. Do mesmo modo, entende-se a leitura como encontro transformador, no qual o sujeito se abre à alteridade e produz sentidos para sua própria vida (Larrosa, 2025).

A cada ciclo de leitura, os assistidos produzem resenhas, diários ou textos autorais, que servem para validação das horas de PSC junto ao DEPPEN. A cada mês, uma obra é lida e discutida, contabilizando 30 horas para a pessoa participante.

3. Resultados e Discussão

Os resultados parciais (obtidos desde agosto de 2024) indicam que a leitura literária tem contribuído para o engajamento dos participantes (mesmo em contextos de restrição de direitos, a literatura desperta interesse e participação ativa quando conseguimos estabelecer pontes entre o lido e o vivido); humanização e formação ética (uma vez que a leitura amplia repertórios, promove empatia e reconfigura subjetividades); impacto social (ao oferecer alternativa educativa, o projeto desafoga a fila de PSC e evita prescrição de sentenças ao mesmo tempo que aproxima as pessoas participantes da literatura e da possibilidade educativa da mesma); integração universidade-comunidade (na medida em que discentes da UEM vivenciam práticas de mediação literária em contextos vulnerabilizados, consolidando a extensão















como espaço de aprendizado mútuo e abrindo caminhos possíveis de escolarização e acesso à Universidade às pessoas participantes).

Além disso, o contato com textos literários tem permitido que participantes se reconheçam em novas narrativas, mobilizando dimensões de alteridade (Larrosa, 2025) e ampliando horizontes de sentido e cidadania. Participantes têm apresentado feedbacks interessantes, não só durante os encontros e sobre as leituras efetuadas, mas em comentários, depoimentos e textos entregues, informando continuidades em leituras, na escrita literária, na possibilidade de ingressar na Universidade e sobre o impacto que o projeto tem provocado diante de tanto preconceito que eventualmente encontram nos espaços tradicionais de cumprimento de horas PSC.

4. Considerações

O projeto *Literatura e Liberdade* tem demonstrado que a leitura literária pode ser ferramenta efetiva de ressocialização e cidadania. Mais do que estratégia de remição ou cumprimento de PSC, a proposta reafirma a literatura como direito humano, ampliando horizontes éticos e estéticos de pessoas em situação de vulnerabilidade e que frequentemente não têm acesso e/ou proximidade com obras literárias. A continuidade do projeto permitirá avaliar impactos a longo prazo e consolidar políticas públicas de democratização do acesso à leitura.

Referências

CANDIDO, Antonio. O direito à Literatura. In: **Vários escritos**. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004.

LARROSA, Jorge. **Tremores**: escritos sobre a experiência. Tradução: Cristina Antunes e João Wanderley Geraldi. Belo Horizonte: Autêntica, 2025.

PETIT, M. A arte de ler: ou Como resistir à adversidade. São Paulo: Ed. 34, 2009.

PETIT, Michèle. **Os jovens e a leitura**: uma nova perspectiva. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009b.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.







